

Capítulo 1

Respostas das Questões para Revisão

1. Por que os problemas econômicos fundamentais (o quê, quanto, como e para quem produzir) originam-se da escassez de recursos de produção?

R: Porque em qualquer sociedade, os recursos ou fatores de produção são escassos, enquanto as necessidades humanas são ilimitadas e sempre se renovam. Com isso, há a necessidade de escolher entre alternativas de produção e distribuição dos resultados. Tal escolha leva às questões referidas de O que e quanto produzir (dada a escassez, nem todos os bens poderão ser fabricados e mesmo a quantidade dos bens a serem fabricados será limitada pela disponibilidade de fatores de produção); Como produzir (a sociedade deverá escolher, dados os fatores de produção - insumos produtivos e tecnologia - disponíveis, o método que maximiza o produto e minimiza o custo de produção) e finalmente para quem produzir (qual o mecanismo de repartição do produto).

2. O que mostra a curva de possibilidade de produção ou curva de transformação?

R: A Curva de Possibilidade de Produção (CPP) mostra como o produto potencial de uma economia (ou produto de pleno emprego) pode ser repartido nos diferentes produtos e, assim, o *trade-off* entre produções distintas, ou seja, dada produção atual, o quanto a sociedade tem que abrir mão de determinado bem para poder produzir, e consequentemente consumir, mais do(s) outro(s) bem(ns).

3. Analisando-se uma economia de mercado, observa-se que os fluxos real e monetário conjuntamente formam o fluxo circular da renda. Explique como esse sistema funciona.

R: Ao analisar uma economia de mercado, percebemos que o fluxo de mercadorias e serviços entre as firmas (unidades produtivas) e as famílias (unidades consumidoras e detentoras dos direitos sobre as firmas) tem por contrapartida um fluxo monetário, dos pagamentos dos serviços (comissões e salários) e dos bens (preço pago pelos produtos) e a remuneração dos fatores de produção (lucros das firmas distribuídos às famílias que detém sua propriedade acionária). Este fluxo de bens e serviços e de pagamentos é que determina quais os produtos devem ser produzidos, em que quantidade, de que forma e para quem.

4. Conceitue: bens de capital, bens de consumo, bens intermediários e fatores de produção.

R: a) Bens de capital: são bens utilizados na fabricação de outros bens, mas que não se desgastam totalmente no processo produtivo.

b) bens de consumo: bens que se destinam diretamente ao atendimento das necessidades humanas.

c) bens intermediários: são aqueles que são transformados ou agregados na produção de outros bens e que são consumidos totalmente no processo produtivo.

d) fatores de produção: são os recursos de produção da economia, sendo constituídos de recursos humanos (trabalho e capacidade empresarial), terra, capital e tecnologia.

5. A Economia é uma ciência não-normativa. Explique

R: A Economia pode ser considerada uma ciência não normativa pois o estudo econômico tem por base uma abordagem positiva, que busca explicar os fatos econômicos, avaliando suas causas e consequências e bem como estudando instrumentos de política econômica, sem entrar em considerações de juízo de valor na análise.

Capítulo 2

Respostas das Questões para Revisão

1. Em que consistia a riqueza para os mercantilistas e para os fisiocratas?

R: Para os mercantilistas as [riquezas](#) consistiam no acúmulo de metais preciosos, para eles quanto maior fosse o estoque de metais preciosos, mais forte e poderoso seria o governo de um país.

Já para os fisiocratas a riqueza consistia em bens produzidos com a ajuda da natureza, como a lavoura, a pesca e a mineração, ou seja, encorajava-se a agricultura.

2. Quem foi o mais destacado dos economistas clássicos? Quais suas principais ideias?

R: Adam Smith (1723 – 1790) As suas principais ideias: Trabalho humano como principal causa da riqueza das nações, livre iniciativa do mercado (*laissez faire*), especialização do trabalho como instrumento de aumento da produtividade, Teoria do bem estar econômico, segundo a qual o mercado operando livremente sem a intervenção do estado se ajustaria automaticamente como que conduzido por uma "Mão Invisível", na obtenção do máximo bem estar econômico.

3. O que diz a teoria das vantagens comparativas? Quem foi seu autor?

R: Vantagens Comparativas: constitui a base essencial da teoria do comércio internacional. Demonstrou que duas nações podem beneficiar-se do comércio livre, mesmo que uma nação seja menos eficiente na produção de todos os tipos de bens do que o seu parceiro comercial. Pois, defendia que nem a quantidade de [dinheiro](#) em um país nem o valor monetário desse dinheiro era o maior determinante para a riqueza de uma nação. Segundo o autor, uma nação é rica em razão da abundância de mercadorias que contribuam para a comodidade e o bem-estar de seus habitantes. Ao apresentar esta teoria, usou o comércio entre Portugal e Inglaterra como exemplo demonstrativo. David Ricardo (1772 – 1823).

4. Qual a principal diferença entre a lei de Say e o princípio Keynesiano da demanda efetiva?

R: O economista Francês Jean-Baptiste Say subordinou o problema das trocas de mercadorias a sua produção e popularizou a chamada Lei de Say, esta que diz: “a oferta cria sua própria procura”, ou seja, o aumento da produção transformar-se-ia em renda dos trabalhadores e empresários, que seria gasta na compra de outras mercadorias e serviços. Segundo o pensamento Keynesiano, um dos principais fatores responsáveis pelo volume de emprego é explicado pelo nível de produção nacional de uma economia, que, por sua vez, é determinada pela demanda agregada ou efetiva. Para Keynes, não existem forças de auto ajustamento na economia, por isso se torna necessária a intervenção do Estado por meio de uma política de gastos públicos. Tal posicionamento teórico significa o fim da crença no *Laissez-Faire* como regulador dos fluxos real e monetário da economia e é

chamado princípio da demanda efetiva. Ou seja, sua teoria inverte o sentido da lei de Say (a oferta cria sua própria procura) ao destacar o papel da demanda agregada de bens e serviços sobre o nível de emprego.

5. Explique sucintamente as principais diferenças entre monetaristas, fiscalistas, pós Keynesianos, marxistas e institucionalistas.

R: Monetaristas – Estão associados à Universidade de Chicago e tem como economista de maior destaque Milton Friedman. De maneira geral, privilegiam o controle da moeda e um baixo grau de intervenção do Estado.

Fiscalistas – Tem seus maiores expoentes em James Tobin, da Universidade de Yale, e Paul Anthony Samuelson, de Harvard e MIT. Em geral, recomendam o uso de políticas ativas e acentuado grau de intervenção do Estado.

Pós – Keynesianos – Realizaram uma releitura da obra de Keynes, procurando mostrar que ele não negligenciou o papel da moeda e da política monetária. Enfatizam o papel da especulação financeira e, como Keynes defende um papel ativo do Estado na condução à atividade econômica.

Marxistas – Tem como pilar de seu trabalho a obra O capital, de Karl Marx. O Marxismo desenvolve uma teoria do valor – trabalho, e consegue analisar muitos aspectos da economia com seu referencial teórico. A apropriação do excedente produtivo (a mais valia) pode explicar o processo de acumulação e a evolução das relações entre classes sociais.

Institucionalistas – Rejeitam o pressuposto neoclássico de que o comportamento humano, na esfera econômica, seja racionalmente dirigido e resulte do cálculo de ganhos e perdas marginais. Consideram que as decisões econômicas das pessoas refletem muito mais as influências das instituições dominantes e do desenvolvimento tecnológico.

Capítulo 3

Respostas das Questões para Revisão

1. O objetivo das empresas é maximizar os lucros. As normas jurídicas, entretanto, têm por fim proteger a sociedade de abusos e delimitam o campo de atuação das empresas. Você acha que a Lei nº 8.884/94 tem essa finalidade?

R: A Lei nº 8.884/94 desempenha um papel de controle das atividades econômicas pelo Estado, se preocupa com a preservação do princípio da livre concorrência e diferenciou a natureza jurídica do ato de concentração em relação ao ato infrativo à ordem econômica, sujeitando ambos a apreciação do CADE.

2. O que vem a ser a lei antitruste?

R: A Lei Antitruste se destina a punir a prática do cartel, que vem a ser uma organização de comercialização em conjunto criada por empresas do mesmo ramo, que fixam o preço de venda e as quotas de produção, que assim deixam de concorrer entre si, que por sinal são comuns em pequenos e grandes mercados de negócios.

3. Qual o órgão tem a competência para executar a política monetária, de crédito, cambial e de comércio exterior? Qual o fundamento legal?

R: A constituição Federal. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do presidente da república, dizer sobre todas as matérias de competência da união, especialmente sobre matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações.

4. Exponha brevemente quais as justificativas econômicas para a intervenção governamental nos mercados?

R: Evitar a concentração de empresas num mesmo setor, e a formação de oligopólios e até mesmo monopólios, evitar manipulação de preços, manter a qualidade de determinados bens ou serviços, evitar riscos sistêmicos, interesse estratégico, impossibilidade de investimento privado, dado os altos custos inerentes e os riscos iminentes, áreas que o governo tem como obrigação constitucional, para fomentar o início de uma atividade econômica.

5. Descreva o Sistema Brasileiro de Defesa do Consumidos e o papel de cada órgão competente dele.

R: Sistema Brasileiro De Defesa da Concorrência (SBDC), formado pelos três órgãos encarregados da defesa da concorrência no País, a Secretaria de Direitos Econômico (SDE), DO Ministério da Justiça, a Secretaria de Acompanhamento econômico (SEAE), do Ministério da Fazenda, e o conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), autarquia vinculada ai Ministério da Justiça, que possuem diferentes funções, o CADE tem um poder decisório sobre os processos por ele julgados, enquanto as secretarias apresentam um caráter mais instrutor do processo.

Capítulo 4

Respostas das Questões para Revisão

1. Qual o papel dos preços relativos na análise microeconômica?

R: Os preços relativos têm papel fundamental, pois a escolha dos agentes econômicos é baseada nas diferenças de preços dos bens (os preços relativos entre os diferentes bens e serviços) e não nos preços absolutos.

2. O estabelecimento comercial pode ser conceituado sob duas óticas: a econômica e a jurídica. Explique cada uma delas.

R: Para a Economia, empresa ou estabelecimento comercial é a combinação dos fatores de produção: capital, trabalho, terra e tecnologia, de tal modo organizados para se obter o maior volume possível de produção ou de serviços ao menor custo.

Para a doutrina jurídica, reconhece-se o estabelecimento como uma universalidade de direito, incluindo-se na atividade econômica um complexo de relações jurídicas entre o empresário e a empresa. O empresário é, assim, o sujeito da atividade econômica, e o objeto é constituído pelo estabelecimento, que é o complexo de bens corpóreos e incorpóreos utilizados no processo produtivo. A empresa, nesse contexto, é o complexo de relações jurídicas que unem o sujeito ao objeto da atividade econômica.

3. No raciocínio econômico, qual a importância da hipótese do coeteris paribus?

R: Num contexto de equilíbrio parcial, no qual observamos apenas a oferta e a demanda de um determinado mercado, utilizamos esta hipótese para que alterações em outras partes da economia não interfiram na nossa análise de forma a alterar o equilíbrio. Com isso, obtemos um estudo mais simples e objetivo das variáveis que influenciam mais diretamente o comportamento dos agentes econômicos neste mercado (obtemos um efeito “puro” ou “líquido” de cada uma dessas variáveis).

4. Qual o principal campo de atuação da Teoria Microeconômica?

R: Os campos de atuação da Teoria Microeconômica, preocupada na determinação do preço de bens e serviços e dos fatores de produção, estão relacionados ao planejamento estratégico das empresas, bem como à política e programação econômica do setor público.

5. Como se divide o estudo microeconômico?

R: A teoria microeconômica se divide em:

- 1) Análise da Demanda: Na qual temos
 - 1.1) Teoria do consumidor:
 - 1.2) Teoria da Demanda de Mercado.

- 2) Análise da Oferta: Baseada na Teoria da Produção.
- 3) Análise das Estruturas de Mercado.
- 4) Equilíbrio Geral.

Capítulo 5

Respostas das Questões para Revisão

1. Conceitue a função demanda. Que diferenças há entre demanda e quantidade demandada?

R: Função demanda de um bem ou serviço é a relação matemática entre a quantidade demandada e o preço do bem ou serviço. A diferença entre demanda e quantidade demandada é que por demanda entende-se toda a curva que relaciona os possíveis preços a determinadas quantidades, enquanto por quantidade demandada devemos entender um ponto específico da curva relacionando preço a uma quantidade.

2. Conceitue a função oferta. De que variáveis depende a oferta de uma mercadoria?

R: A Função oferta de um bem ou serviço é a relação matemática entre a quantidade ofertada e o preço desse bem ou serviço. Além do preço do bem, a oferta de um bem ou serviço é afetada pelos custos dos fatores de produção (matérias-primas, salários, preço da terra), por alterações tecnológicas e pelo aumento do número de empresas no mercado.

3. Por que o governo costuma estabelecer preços mínimos (garantidos) para os produtos agrícolas?

R: Porque visa proteger os produtores agrícolas de flutuações dos preços de mercado, evitando uma redução na renda agrícola no caso de uma queda acentuada nos preços (devido, por exemplo, uma superprodução dadas condições climáticas favoráveis).

4. Sobre a elasticidade-preço da demanda:

a) Quais os fatores que influenciam a elasticidade-preço da demanda?

R: Os fatores que influenciam o grau de elasticidade-preço da demanda são: Disponibilidade de bens substitutos, Essencialidade do bem, Importância do bem quanto a seu gasto no orçamento do consumidor.

b) Por que a elasticidade da demanda de sal é zero?

R: Porque o sal é um bem essencial, não há bens substitutos disponíveis e sua importância no gasto do orçamento é desprezível.

c) Por que, quando a demanda é inelástica, aumentos do preço do produto podem elevar a receita total dos vendedores?

R: Porque a demanda se reduz menos que proporcionalmente a elevação dos preços, de modo que a receita total (quantidade vendida X preço) pode aumentar (a elevação do preço mais que compensa a queda na quantidade vendida).

5. Defina: elasticidade renda, elasticidade-preço cruzada da demanda e elasticidade-preço da oferta.

R: 1) Elasticidade-renda da demanda (E_R): O coeficiente de elasticidade-renda da demanda mede a variação percentual da quantidade demandada resultante de uma variação percentual na renda do consumidor, *coeteris paribus*.

2) Elasticidade-preço cruzada da demanda (E_{xy}): O coeficiente de elasticidade-preço cruzada da demanda mede a mudança percentual na quantidade demandada do bem x dada uma variação percentual no preço do bem y.

3) Elasticidade-preço da oferta (E_{po}): Mede a variação percentual da quantidade ofertada resultante de uma variação percentual do preço do bem ofertado.

Capítulo 6

Respostas das Questões para Revisão

1. Defina: produto, insumos e função de produção.

R: Produto é o resultado do processo de transformação dos fatores adquiridos pela firma para criar bens e serviços a serem vendidos no mercado. Os insumos são os recursos humanos (trabalho e capacidade empresarial), capital, terra, utilizados neste processo, segundo uma dada tecnologia expressa pela função de produção, a qual nada mais é que a relação que mostra a quantidade física obtida do produto a partir da quantidade física utilizada dos fatores de produção num dado período de tempo.

2. Explique o significado da Lei dos Rendimentos Decrescentes.

R: A Lei dos Rendimentos Decrescentes diz que, a elevação da utilização do insumo variável, mantendo constante a quantidade do insumo fixo, gera acréscimos cada vez menores na produção, chegando, depois de determinado acréscimo do fator variável, a um produto máximo e depois decrescendo.

3. Defina produto total, produto marginal e produto médio. Mostre as principais relações entre esses conceitos.

R: 1) Produto Total: É a quantidade do produto que se obtém da utilização do fator variável, mantendo-se fixa a quantidade dos demais fatores.

2) Produto Marginal: É a relação entre as variações do produto total e as variações da quantidade utilizada do fator variável em questão.

3) Produto Médio: É o resultado do quociente da quantidade produzida pela quantidade utilizada desse fator.

A relação entre os conceitos é dada por: $\text{Produto Total} = P_{me_n} \times N$, $P_{mg_n} = \frac{\partial \text{Produto Total}}{\partial N}$, além disso, sabemos que se o Produto Médio for crescente, o Produto marginal também será crescente.

4. Explique por que a maximização dos lucros ocorre onde a receita marginal iguala o custo marginal.

R: Consideremos primeiramente que $RM_g > CM_g$. Neste caso, o produtor teria um lucro positivo em aumentar a produção, pois o benefício desta unidade extra é maior que seu custo. Logo, na produção atual não estará maximizando lucros. Por outro lado, considere o caso $RM_g < CM_g$. Neste caso, o produtor teria um ganho reduzindo a produção, pois a economia em custos superaria a queda nas receitas, de modo que a produção atual

novamente não maximiza lucros. Portanto, a única forma do produtor estar maximizando seu lucro é fazer $RM_g = CM_g$.

5. Mostre as diferenças entre a visão econômica e a contábil-financeira dos custos de produção.

R: As principais diferenças entre a visão econômica e a contábil-financeira são:

1) Custos de Oportunidade e custos contábeis: enquanto a avaliação contábil financeira está nos custos contábeis, que são os custos históricos de quanto a empresa efetivamente pagou para a compra e/ou aluguel dos insumos, a análise econômica se calca nos custos de oportunidade, que são os custos implícitos na possibilidade de ganho nos demais setores por meio da utilização dos recursos atualmente empregados na produção.

2) Externalidades: A análise econômica se preocupa com a existência de externalidades, que são custos e benefícios para a sociedade que são subprodutos da atividade produtiva da empresa para os quais não há compensação monetária (não há um mercado para coisas do tipo poluição criada pela firma, por exemplo, de forma que a firma possa comprar da população ribeirinha o direito de poluir o rio).

3) Custos versus despesas: Diferentemente da visão contábil-financeira, a teoria microeconômica não faz distinção entre custos (vistos na análise contábil-financeira como gastos diretos na produção) e despesas (vistas na análise contábil-financeira como gastos associados ao exercício social e alocados para o resultado geral do período, como despesas financeiras, comerciais e administrativas).

6. Explique as diferenças entre os conceitos de lucro contábil, lucro normal e lucro extraordinário.

R: A diferença entre os conceitos de lucro contábil, lucro normal e lucro extraordinário é que o lucro contábil é a diferença entre a receita e os custos.

O lucro normal é o custo de oportunidade do capital, sendo assim o lucro normal é o que mantém um empresário numa determinada atividade, se o lucro fosse mais baixo que o normal esse empresário sairia desse mercado financeiro.

O lucro extraordinário é quando o lucro excede, ou seja, a diferença entre a receita total e o custo total considerando o lucro normal como um custo implícito.

7. Conceitue *break-even point*, e diga qual conceito de lucro é levado em consideração.

R: Representa o nível de produção em que a receita total é igual ao custo total (lucro total zero) e a partir do qual a empresa passa a gerar lucros, são levados em consideração o lucro contábil explícito que envolve desembolso financeiro.

Capítulo 7

Respostas das Questões para Revisão

1. Caracterize o mercado concorrencial. Que regra o empresário segue para maximizar seus lucros?

R: Um mercado concorrencial é aquele em que há um grande número de firmas, cada uma delas sendo suficientemente pequena de modo que não afeta os níveis de oferta do mercado e, conseqüentemente, não afeta o preço de equilíbrio. Em um mercado de competição perfeita, temos as seguintes características: 1) Produtos são homogêneos, de modo que o consumidor não consegue diferenciar o produto das firmas, 2) Livre entrada de firmas, 3) Informação Perfeita: Não há informação privada, todas as informações relevantes sobre lucros, preços, etc. são conhecidas pelos participantes do mercado.

Neste mercado, a regra do empresário para maximizar o lucro é tomar o preço como um dado e produzir até igualar o preço a seu custo marginal.

2. O que é lucro normal? E lucro extraordinário?

R: O lucro normal representa o custo de oportunidade da capital empregado na empresa, ou seja, quanto seria ganho em outra atividade ou aplicação alternativa. Lucro econômico ou extraordinário (ou ainda lucro extra) é o que empresa auferir, acima do lucro normal. Isto é, a diferença entre a receita total e o custo total, incluindo-se o lucro normal como um custo implícito (não desembolsado efetivamente pela empresa).

3. Confronte o monopólio com o oligopólio. Mostre as características de cada estrutura de mercado e o modo como o preço é fixado em cada uma delas.

R: No monopólio temos somente um produtor, que domina toda a oferta do produto e, portanto, depara-se com toda a demanda de mercado. Na maximização de lucros, a regra do monopolista é simplesmente igualar $RM_g = CM_g$, lembrando que, ao deparar-se com a demanda do mercado, que é negativamente inclinada, esta regra será diferente de $P = CM_g$ do caso de concorrência.

No caso de oligopólio, temos um número pequeno de firmas, de modo que cada uma delas tem algum poder de monopólio, mas há alguma concorrência entre as firmas. A regra de como o preço é fixado depende da corrente de pensamento. Segundo a Teoria Marginalista, novamente a firma visa a maximização de lucros, sendo que agora a demanda que a firma se depara depende do seu impacto no mercado e da concorrência com as demais firmas. Segundo a Teoria da Organização industrial, o objetivo da firma seria maximizar o *mark-up*, que seria dado pela seguinte equação:

$$\text{Mark-up} = \text{Receita de vendas} - \text{Custos diretos (ou variáveis)}$$

O preço cobrado pela empresa, no modelo de *mark-up*, é calculado da seguinte forma:

$$p = (1 - m)C$$

Onde:

p = preço do produto

m = taxa de *mark-up*

C = custo unitário direto (equivalente ao custo variável médio)

4. O que vem a ser monopólio bilateral?

R: Um Monopólio bilateral ocorre quando um monopsonista, na compra do fator de produção, defronta-se com um monopolista na venda desse fator.

5. Quais as estruturas do mercado de fatores? Como elas se caracterizam?

R: As estruturas do mercado de fatores são:

1) Concorrência perfeita: Um grande número de firmas atomísticas oferta os fatores ao preço de mercado.

2) Monopsônio: Uma única firma é a compradora do insumo produzido por diversas firmas.

3) Oligopsônio: Poucas firmas são compradoras do insumo produzido por diversas firmas.

Monopólio Bilateral: ocorre quando um monopsonista, na compra do fator de produção, defronta-se com um monopolista na venda desse fator.

Capítulo 8

Respostas das Questões para Revisão

1. Conceitue e aponte as principais diferenças entre os enfoques da Macroeconomia e da Microeconomia?

R: Macroeconomia estuda a economia como um todo, analisando a determinação e o comportamento de grandes agregados (renda, produto nacional, nível geral de preços, emprego e desemprego, estoque de moeda e taxa de juros, balança de pagamentos, taxa de câmbio). No estudo destes agregados, a Macroeconomia tradicional, baseada na tradição keynesiana (também conhecida como Macroeconomia ad hoc), negligencia o comportamento das unidades econômicas individuais e de mercados específicos, que são as preocupações da Microeconomia. No entanto, esta é apenas uma mudança de enfoque, não havendo contradição entre as duas abordagens.

2. Sintetize os objetivos de política econômica.

R: Os objetivos da política econômica são: alto nível de emprego; Estabilidade de Preços: Combate à inflação, que é o aumento contínuo e generalizado de preços, e as distorções que esta acarreta, como veremos no capítulo 13, são um objetivo da política econômica; Distribuição Equitativa de Renda; Crescimento Econômico: Aumentar a capacidade produtiva da sociedade, aumentando o produto potencial deve ser um objetivo de longo prazo da política econômica.

3. Políticas de estabilização da inflação não são compatíveis com melhoria no grau de distribuição de renda. Você concorda? Justifique sua resposta.

R: A afirmação não é correta, pois políticas de estabilização da inflação, ao reduzir as perdas dos trabalhadores (principalmente os de baixa renda), para os quais a inflação é um imposto, melhora a renda real dessa classe de renda. O ocorrido no período imediato ao Plano Real, de junho de 1994, ilustra esse ponto.

4. Comente a questão de compatibilidade (ou não) entre as metas de melhoria no grau de distribuição de renda e a busca do crescimento econômico, à luz da experiência brasileira no período do “milagre econômico”.

R: A ideia da não compatibilidade entre crescimento econômico e distribuição de renda está calcada na ideia de que a elevação da taxa de poupança, necessária para o aumento do investimento e, conseqüentemente, para o crescimento econômico, não seria possível com a distribuição de renda, dado que a taxa de poupança da população mais pobre seria menor. Este pressuposto não é necessariamente verdade (há formas de incentivar a elevação da taxa de poupança da população de menor renda, por exemplo, por meio de um melhor desenvolvimento do sistema financeiro, de forma que acreditar que a concentração de renda é a única forma de elevar a taxa de poupança é falsa). Com relação ao milagre econômico, a ideia de que a concentração de renda deu-se apenas devido à elevação da demanda por mão de obra qualificada, sendo um subproduto do próprio

desenvolvimento não parece ser verdadeira, pois se este fosse o caso, uma política intensa de treinamento (bem maior que o MOBREAL existente na época) levaria a uma redistribuição de renda que compensaria os efeitos deletérios do desenvolvimento, fato que pelo visto não se concretizou.

5. Resuma os instrumentos de política econômica.

R: Os instrumentos de política econômica são: Política Fiscal: Gastos Públicos e Impostos. São instrumentos que afetam o lado real da economia; Política Monetária: Instrumentos ligados a quantidade de moeda e títulos públicos. Os principais instrumentos da política monetária são: emissões, reservas compulsórias, open market, redesconto, regulação sobre crédito e taxas de juros; Política Cambial e comercial: Políticas que atuam sobre as variáveis relacionadas ao setor externo da economia. Os instrumentos abarcam as interferências governamentais na taxa de câmbio, pela determinação do regime cambial (fixo, flutuante ou flutuação suja) e a política comercial, por meio de barreiras, incentivos e subsídios. Política de rendas: Refere-se à intervenção direta do governo na formação de renda (salários, aluguéis), através de controle e congelamento de preços.

6. Qual é a condição de equilíbrio e quais são as variáveis macroeconômicas determinadas:

a) no mercado de bens e serviços;

R: A condição de equilíbrio se dá quando Oferta Agregada de bens e serviços = Demanda Agregada de bens e serviços, e as variáveis determinadas nesse mercado são: nível de renda e produto nacional; nível de preços; consumo agregado; poupança agregada; investimentos agregados; exportações globais; importações globais.

b) no mercado monetário;

R: A condição de equilíbrio se dá quando Oferta de Moeda = Demanda de Moeda e as variáveis determinadas nesse mercado são: taxa de juros; estoque de moeda.

c) no mercado de títulos;

R: A condição de equilíbrio se dá quando Oferta de Títulos = Demanda de Títulos e a variável determinada nesse mercado é o preço dos títulos.

d) no mercado de trabalho;

R: A condição de equilíbrio se dá quando Oferta de Mão de Obra = Demanda de Mão de Obra e as variáveis determinadas nesse mercado são: Nível de emprego; Taxa de salários monetários. no mercado de divisas.

e) no mercado de divisas.

R: A condição de equilíbrio se dá quando Oferta de Divisas = Demanda de Divisas e a variável determinada nesse mercado é a taxa de câmbio.

Capítulo 9

Respostas das Questões para Revisão

1. Mostre como opera o fluxo circular de renda e como surge a identidade entre as três óticas de medição do resultado da atividade econômica de um país, conforme a Contabilidade Social.

R: O fluxo circular de renda, já apresentado nos capítulos anteriores, mostra o fluxo contínuo de bens (mercadorias e serviços) e fatores de produção, entre empresas (unidades produtivas) e famílias (unidades consumidoras e detentoras dos direitos de propriedade sobre as firmas) tendo em contrapartida um fluxo de pagamentos a bens (preço pago pelas mercadorias e serviços) e a fatores de produção (salários aluguéis, etc...) entre estas mesmas unidades. A partir deste sistema, podemos avaliar o resultado da atividade econômica de um país sob três óticas: Ótica do produto e da despesa, que olham para a produção de bens finais na economia e a venda de tais bens, e ótica da renda, que foca sobre a remuneração dos fatores de produção (salários, juros, aluguéis e lucros).

2. Sobre o setor de formação de capital, na Contabilidade Social:

a) Defina poupança agregada e investimento agregado, e mostre a identidade entre ambos.

R: Poupança agregada é a parte da renda nacional que não é consumida no período, enquanto investimento agregado é o gasto com bens que foram produzidos mas não foram consumidos no período, e que aumentam a capacidade produtiva da economia nos períodos seguintes. Supondo uma economia a dois setores, o produto nacional (PN) é composto pela produção de bens de consumo (C) e de bens de capital (I). $PN = C + I$ Por outro lado, a Renda Nacional (RN) ou é consumida (C) ou é poupada (S), isto é $RN = C + S$ Como $PN = RN$, segue que $I = S$.

b) Quais são os componentes do investimento agregado? A compra de ações constitui um investimento no sentido macroeconômico?

R: Os componentes do investimento agregado são o Investimento em bens de capital e a variação de estoque. A compra de ações e quaisquer operações no mercado secundário de títulos não representam um investimento, mas apenas uma transferência de direitos de propriedade do capital já existente.

3. Com relação ao setor governo:

a) Em que se constituem a receita fiscal e os gastos do governo, na contabilidade social?

R: A arrecadação fiscal do governo constitui-se de Impostos diretos e indiretos, contribuições à Previdência Social e taxas, multas, pedágios e aluguéis. Já os gastos do

governo são constituídos por gastos de ministérios e autarquias, gastos das empresas públicas e sociedades de economia mista, gastos com transferências e subsídios.

b) Defina produto nacional a preços de mercado e renda nacional a custo de fatores.

R: O produto nacional a preços de mercado é o produto nacional avaliado aos preços praticados no mercado (preço final pago na venda). Enquanto o conceito a custo de fatores leva em consideração o que a empresa paga pelos fatores de produção, salários, juros, lucros e aluguéis, de modo que a renda nacional a custo de fatores é a soma de rendimentos pagos aos fatores de produção no período, levando em consideração apenas o que foi pago pelas empresas (desconsiderando impostos indiretos e subsídios).

c) Defina carga tributária bruta e carga tributária líquida.

R: Carga Tributária Bruta é o total da arrecadação fiscal do governo (impostos diretos e indiretos e outras receitas do governo, como taxas, multas e aluguéis). Carga tributária líquida a carga tributária bruta, descontando as transferências e subsídios do governo ao setor privado, ou seja, é a receita do governo com a tributação, descontando o que retorna ao setor privado do que foi arrecadado.

4. Quanto ao setor externo, na Contabilidade Social:

a) Defina renda líquida ao exterior, Produto Nacional Bruto (PNB) e Produto Interno Bruto (PIB).

R: Renda líquida ao exterior é a diferença entre a renda enviada ao exterior (que são recursos que os residentes em outros países que estão no país enviam para seus países de origem, como empresas estrangeiras que tem filiais no Brasil e remetem recursos para o exterior) e a renda recebida do exterior (que são os recursos enviados por residentes no Brasil que estão fora do país, como por exemplo, os brasileiros que trabalham temporariamente no Japão). O Produto Interno Bruto é o somatório de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território nacional num dado período, valorizados a preço de mercado, sem levar em consideração se os fatores de produção são de propriedade de residentes ou não residentes. O Produto Nacional Bruto = PIB – renda líquida enviada ao exterior, ou seja, é a renda que efetivamente pertence aos nacionais, aos residentes do país.

b) No Brasil, a renda enviada supera a renda recebida do exterior. Qual o maior: O PNB ou o PIB.

R: No Brasil, como a renda enviada ao exterior supera a renda recebida, temos que o PNB é menor que o PIB.

5. Conceitue PIB real, PIB monetário e deflação.

R: O PIB monetário ou nominal é o PIB medido a preços correntes, do próprio ano. Já o PIB real é o PIB medido a preços constantes de um dado ano qualquer, chamado ano-base. Por fim, deflação, no contexto apresentado no capítulo, é o processo pelo qual se elimina o impacto da inflação na avaliação do PIB medido a preços correntes.

Capítulo 10

Respostas das Questões para Revisão

1. Qual a diferença fundamental entre a abordagem da contabilidade social e a da teoria macroeconômica?

R: A contabilidade social trabalha com informações efetivas, a partir das quais são calculados os valores do produto nacional, do consumo, do investimento e dos demais agregados macroeconômicos. A Macroeconomia tem uma visão *ex ante* (antes de que o produto seja obtido, e que as variáveis tenham sido determinadas), tratando do problema da determinação do nível de renda e do emprego na economia como um todo (quais os determinantes, que variáveis afetam o produto, etc...)

2. Defina Oferta Agregada e Demanda Agregada de bens e serviços. Quais hipóteses são feitas para esses conceitos no modelo keynesiano básico?

R: Demanda Agregada (DA) é a soma dos gastos dos agentes macroeconômicos (Consumo das famílias, gastos das empresas com Investimento, Gastos do Governo e Despesas líquidas do setor externo). Oferta agregada (AO) é o valor total da produção de bens e serviços finais colocados à disposição da coletividade num dado período. Dado que o modelo keynesiano básico trata apenas do curto prazo, temos que a oferta agregada não é afetada pelo investimento que as empresas estão fazendo, dependendo exclusivamente dos fatores de produção existentes (hipótese de fatores fixos de produção), de modo que a oferta agregada potencial permanece constante. Com isso, as alterações do nível de equilíbrio da renda e do produto nacional devem-se exclusivamente às variações da demanda agregada de bens e serviços, o que é chamado de Princípio da Demanda Efetiva.

3. Do que depende a demanda de investimentos em bens de capital?

R: O Investimento depende diretamente da eficiência marginal do capital, que é a rentabilidade esperada do projeto, e inversamente da taxa de juros de mercado.

4. Explique, usando um exemplo, como opera o multiplicador keynesiano de gastos.

R: Digamos que o governo construa uma ponte. Ao contratar a empresa de engenharia, os donos desta empresa vão fazer gastos, seja por consumo ou por investimento, ao contratar novos funcionários e comprar matérias primas. Os funcionários, ao receber seu salário, consumirão boa parte deste, sendo que seus gastos serão renda para outros agentes (açougueiros, leiteiros, donos de restaurantes, etc...) que por sua vez gastarão parte dos vencimentos recebidos e assim sucessivamente. Desta forma o gasto do governo na construção da ponte gerará gastos sucessivos por parte dos demais agentes da economia. Supondo que a fração de gastos por parte de cada agente do total de renda adicional recebida seja constante entre os agentes, obtemos o multiplicador keynesiano de gastos.

5. Coloque-se na posição de uma autoridade governamental e dê um exemplo de uma medida de política fiscal para cada um dos casos a seguir:

a) desemprego de recursos produtivos;

R: Para combater este desemprego de recursos, o governo deve aumentar o gasto público ou reduzir os impostos, de forma a elevar a demanda agregada.

b) inflação de demanda;

R: O governo deve reduzir o gasto público líquido, seja por elevação dos impostos ou pela redução dos gastos do governo, ou pelo estímulo as importações.

c) desigualdade na distribuição entre classes de renda.

R: Pela elevação de gastos, por meio de elevação de impostos das classes mais ricas, dado o Teorema do Orçamento Equilibrado, podemos estimular a Demanda Agregada e reduzir a desigualdade entre as classes de renda.

Respostas das Questões para Revisão

1. Sobre o conceito de moeda:

a) Defina moeda e suas funções.

R: Moeda é o objeto aceito pela sociedade como intermediário nas trocas econômicas, ou seja, para o pagamento de bens ou serviços. Na sociedade moderna esta aceitação é obrigada por lei (curso forçado). As funções da moeda são: I reserva de valor: a posse de moeda representa liquidez imediata para quem a possui. Assim, pode ser acumulada para a aquisição de um bem ou serviço no futuro. II unidade de conta (ou denominador comum monetário): a moeda é utilizada para expressar o valor dos diferentes bens produzidos na economia, possibilitando sua comparação, ou seja, tornando-se uma unidade de medida. III meio de troca: serve como intermediário nas trocas econômicas.

b) Defina moeda fiduciária de moeda lastreada.

R: Moeda fiduciária é aquela cujo único valor é devido a sua aceitação (ou a seu curso forçado imposto por lei), sua emissão é livre de qualquer necessidade de reservas pela autoridade monetária. Já a moeda lastreada é um título que tem por base a existência de reservas de metais preciosos (principalmente ouro) pela autoridade monetária (nos primórdios do advento do papel-moeda, qualquer indivíduo que tivesse papel-moeda podia realmente resgatar a parte de reservas associada ao papel moeda – cujo valor, ressaltamos, na maioria das vezes não era o mesmo valor de face da nota), sendo sua emissão baseada na existência de tais reservas em quantidade suficiente para que cada unidade monetária tenha a mantenha a mesma quantidade de ouro associada.

2. Com relação aos meios de pagamento:

Conceitue meios de pagamento.

R: Os meios de pagamento são o total de moeda disponível ao setor privado não bancário, de liquidez imediata, ou seja, que pode ser utilizada imediatamente para efetuar transações.

b) Defina M1, M2, M3 e M4.

R: $M1 = \text{moeda em poder do público} + \text{depósitos à vista nos bancos comerciais};$

$M2 = M1 + \text{depósitos de poupança} + \text{títulos privados (depósitos a prazo, letras cambiais, hipotecárias e imobiliárias)};$

$M3 = M2 + \text{fundos de renda fixa} + \text{operações compromissadas com títulos federais};$

$M4 = M3 + \text{títulos públicos federais, estaduais e municipais}.$

Os meios de pagamento no conceito M1 também são chamados de ativos ou haveres monetários. Os demais ativos financeiros, que rendem juros, são chamados de ativos ou haveres não monetários.

c) O que vêm a ser monetização e desmonetização? Qual a relação desses conceitos com a taxa de inflação?

R: A desmonetização da economia é a diminuição da quantidade de moeda sobre o total de ativos financeiros da economia, enquanto a monetização é o processo inverso: o aumento da quantidade de moeda sobre o total de ativos financeiros da economia. O processo inflacionário leva a uma maior desmonetização da economia.

d) Dê dois exemplos de criação e dois exemplos de destruição de meios de pagamento.

R: Ocorre criação de meios de pagamento quando:

A1) Há o aumento de empréstimos ao setor privado pois os bancos comerciais retiram moeda de suas reservas e a emprestam ao público;

A2) Saques a cadernetas de poupança, pois há um aumento de M1 com a redução do estoque de moeda em poder do sistema bancário.

Ocorre destruição de meios de pagamento quando:

B1) o depositante retira depósito à vista e o coloca em depósito a prazo, pois os depósitos a prazo não são meios de pagamento, dado que não são de liquidez imediata, e rendem juros;

B2) Uso de recursos em depósitos a vista em aplicação de renda fixa.

e) O saque de um cheque representa criação ou destruição de meios de pagamento?

R: O saque de um cheque no balcão do banco não é nem criação nem destruição de meios de pagamento, pois simplesmente há uma transferência de depósitos à vista (moeda escritural) para moeda em poder do público (moeda manual).

3. Sobre oferta e demanda de moeda:

a) Quais as funções do Banco Central? Quais os instrumentos de que dispõe para operar a política monetária?

R: As Funções clássicas do Banco Central são: execução da política monetária banco emissor banco dos bancos banco do governo controle e regulamentação da oferta de moeda execução da política cambial e administração do câmbio fiscalização das instituições financeiras. Os instrumentos de que dispõe para operar a política monetária são: controle das emissões: o Banco Central controla, por força de lei, o volume de

moeda manual da economia; depósitos compulsórios ou reservas obrigatórias: os bancos comerciais são obrigados a depositar no Banco Central um percentual determinado por esse sobre os depósitos à vista. Basta o Banco Central aumentar ou diminuir o percentual do depósito compulsório para influir no volume ofertado de empréstimos bancários operações com mercado aberto (open market): consistem na compra e venda de títulos públicos ou obrigações pelo governo. O Banco Central mantém um carteira de títulos para realizar operações reguladoras da oferta monetária. operações de redesconto: englobam a liberação de recursos pelo Banco Central aos bancos comerciais, que podem ser empréstimos ou redesconto de títulos.

b) O que são reservas ou depósitos compulsórios? Qual o efeito de um aumento da taxa de reservas compulsórias sobre a oferta de moeda?

R: Os depósitos compulsórios ou reservas obrigatórias são um percentual determinado sobre os depósitos à vista que os bancos são obrigados a depositar no Banco Central. Através da elevação (ou redução) destas reservas, o Banco Central consegue diminuir (ou aumentar) a oferta de moeda na economia, sendo este um instrumento de política monetária.

c) Por que bancos de investimentos, financeiras e outros intermediários financeiros não podem afetar a oferta de moeda e os bancos comerciais têm essa prerrogativa?

R: Porque apenas os bancos comerciais, dentre os intermediários financeiros privados, podem efetuar empréstimos com suas obrigações (depósitos à vista), as quais, por sua vez, são meios de pagamento per se. Os chamados intermediários financeiros não bancários, como as financeiras, bancos de investimentos, apenas transferem recursos de aplicadores para tomadores, pois suas obrigações não são consideradas meios de pagamento, sendo que a transferência destas obrigações simplesmente cria a moeda previamente destruída. Ou seja, apenas os bancos comerciais podem criar oferta de moeda, por terem carta-patente que lhes permite emprestar os depósitos (meios de pagamento) do público.

d) Qual a diferença entre os conceitos de base monetária e meios de pagamento?

R: A base monetária é a soma da moeda manual em poder do público e das reservas bancárias (técnicas, compulsórias e voluntárias). É praticamente o total da moeda emitida, excluindo apenas a moeda que permaneceu com o Banco Central. Por outro lado, meios de pagamento são o total de moeda disponível ao setor privado não bancário, de liquidez imediata, ou seja, que pode ser utilizada imediatamente para efetuar transações. A diferença entre os conceitos é que os depósitos à vista não estão incluídos no conceito de base monetária, bem como as reservas bancárias não estão incluídas no conceito de meios de pagamento.

e) O que vem a ser o multiplicador monetário? De que parâmetros depende?

R: O multiplicador monetário é o quanto os bancos criam de moeda a partir da moeda em poder do público. Este efeito multiplicador depende fundamentalmente de dois parâmetros: a taxa de retenção de moeda pelo público (parcela dos meios de pagamento que o público retém consigo, e não em depósitos bancários) e da taxa de reservas dos bancos comerciais (caixa, depósitos voluntários e depósitos compulsórios).

f) Quais as razões que levam a coletividade a demandar ou reter moeda? Quais variáveis afetam essa decisão?

R: São três as razões pelas quais se retém moeda: demanda de moeda para transações: as pessoas e empresas precisam de dinheiro para suas transações do dia-a-dia, para alimentação, transporte, aluguel etc.; demanda de moeda por precaução: o público e as empresas precisam ter certa reserva monetária para fazer face a pagamentos imprevistos ou atrasos em recebimentos esperados; demanda de moeda por especulação (ou por portfólio): dentro de sua carteira de aplicações (portfólio), os investidores devem deixar uma “cesta” para a moeda, observando o comportamento da rentabilidade dos vários títulos, para fazer algum novo negócio. Ou seja, a moeda, embora não apresente rendimentos, tem a vantagem de ter liquidez imediata, e pode viabilizar novas aplicações. As duas primeiras razões (transações e precaução) dependem diretamente do nível de renda. É de esperar que, quanto maior a renda (seja das pessoas, seja a renda nacional), maior a necessidade de moeda para transações e por precaução. Considerando que a taxa de juros, para quem possui moeda, representa um rendimento, isto é, quanto se ganha com aplicações financeiras, há uma relação inversa entre demanda de moeda por especulação e taxa de juros. Quanto maior o rendimento dos títulos (a taxa de juros), menor a quantidade de moeda que o aplicador retém em sua carteira, já que é melhor utilizá-la na compra de ativos rentáveis.

4. Sobre a Teoria Quantitativa da Moeda:

a) Defina teoria quantitativa da moeda. R: Dado que existe uma relação direta entre o volume de moeda no sistema econômico e o lado real da economia, a teoria quantitativa da moeda mostra que a correspondência entre os fluxos real e monetário, é dada pela expressão: $MV = Py$ em que: M = a quantidade de moeda na economia V = velocidade-renda da moeda; P = nível geral de preços; y = nível de renda nacional real.

b) Defina velocidade-renda da moeda. Qual seu comportamento a curto prazo, de acordo com a Teoria Clássica e com a Teoria Keynesiana?

R: A velocidade-renda da moeda, também chamada de velocidade de circulação da moeda, é o número de vezes que o estoque de moeda passa de mão em mão, num certo período, gerando produção e renda. É o número de giros da moeda, criando renda. De acordo com a Teoria Clássica, a velocidade-renda da moeda é constante no curto prazo, dado que ela depende de fatores que só atuam no longo prazo, como mudança de hábitos da coletividade e o grau de verticalização da economia. Já para a Teoria Keynesiana, a velocidade-renda é afetada a curto prazo pelas taxas de juros. Com o aumento do nível das taxas de juros, as pessoas reterão menos moeda, e sua velocidade de giro aumentará.

c) Como as expectativas de inflação futura podem afetar a velocidade-renda da moeda?

R: No caso em que as pessoas esperam que a inflação suba, elas buscam se livrar de moeda, cujo retorno é igual ao oposto da inflação (a moeda rende uma taxa igual a menos a inflação). Com isso, a velocidade-renda da moeda aumenta.

d) Supondo a velocidade-renda da moeda constante e uma economia com desemprego de recursos produtivos, mostre o efeito de uma política monetária expansionista sobre o nível geral de preços e a renda real da economia.

R: Considerando que a velocidade-renda não se altere, uma expansão monetária deve, pela correspondência entre fluxos real e monetário, aumentar a renda real da economia, bem como o nível de preços. Este último aumento se deve ao fato do desemprego de recursos não ser homogêneo pela economia, havendo setores com grande desemprego enquanto outros estão muito próximos do pleno emprego, havendo pressões inflacionárias nos últimos.

5. Coloque-se na posição de uma autoridade monetária e apresente dois instrumentos de política monetária para cada um dos objetivos a seguir:

a) expansão do nível de atividade;

R: Neste caso, a autoridade deve promover uma expansão monetária por meio de emissão de moeda ou por meio de uma operação de open market de recompra de títulos públicos, por exemplo.

b) política anti-inflacionária.

R: Neste caso, a autoridade monetária deve promover uma retração monetária, por meio, por exemplo, de uma elevação das reservas compulsórias dos bancos comerciais ou por meio de uma operação de open market de venda de títulos públicos para o mercado, retirando desta forma moeda de circulação, ou ainda diminuindo a disponibilidade dos bancos comerciais de efetuar empréstimos ao setor privado.

Capítulo 12

Respostas das Questões para Revisão

1. Sobre taxas de câmbio:

a) Defina taxa de câmbio.

R: A taxa de câmbio é a medida de conversão da moeda nacional em moeda de outros países. Pode, também, ser definida como preço da moeda estrangeira (divisa) em termos de moeda nacional. Assim, 1 dólar pode custar 1,80 reais, 1 libra pode custar 2,50 reais.

b) Defina regime de câmbio fixo, regime de câmbio flutuante e flutuação suja.

R: Regime de câmbio fixo: ocorre quando o governo estabelece a taxa de câmbio, ou seja, estabelece quantos reais valem um dólar. Para tanto, o governo se compromete a comprar e vender qualquer quantidade da moeda estrangeira a taxa estabelecida.

Regime de câmbio flutuante: ocorre quando o governo não interfere no mercado de câmbio, de forma que a taxa é determinada pela oferta e pela demanda de divisas externas, estamos;

Regime de flutuação suja: Ocorre quando a taxa é determinada pelo mercado, mas governo interfere neste mercado, comprando e vendendo divisas de maneira estratégica no estabelecimento da taxa de câmbio (evitando, por exemplo, elevações e quedas abruptas da taxa de câmbio).

c) Qual a diferença entre variação nominal e variação real?

R: A Variação nominal da taxa de câmbio diz respeito à variação da taxa em si, ou seja, o quanto à moeda nacional consegue comprar da moeda estrangeira, enquanto a variação real se refere aos termos de troca, isto é, o quanto o produto nacional ficou mais barato para os consumidores estrangeiros e o quanto o produto estrangeiros ficaram mais caros em relação aos nacionais. Evidentemente, a diferença entre a variação nominal e a variação real deve-se a taxa de inflação líquida (inflação interna – inflação internacional).

2. Qual o efeito de uma política de valorização do real perante outras moedas:

a) Sobre o saldo da balança comercial (comércio de mercadorias)?

R: A valorização do real gera uma deterioração do saldo da balança comercial ao estimular as importações e desestimular as exportações.

b) Sobre a oferta e a demanda de divisas estrangeiras?

R: A valorização do real, ao elevar as exportações e reduzir as importações gera, conseqüentemente. Uma redução das ofertas de divisas estrangeiras (pois os exportadores

são grandes ofertantes de divisas externas) e o aumento da demanda (pelos importadores, principalmente).

c) sobre os preços domésticos?

Uma política de valorização do real pode gerar uma redução na taxa de elevação dos preços domésticos, ou seja, uma redução da taxa de inflação. Isto ocorre, pois uma valorização da taxa de câmbio, ao tornar os produtos importados mais baratos, pode aumentar a concorrência dos produtos nacionais no mercado, tornando mais difícil à elevação dos preços de mercado (pois os produtos importados se tornam uma barreira à elevação de preços, sendo o preço assim atrelado ao preço dos produtos no mercado internacional, mais um adicional devido ao custo de transporte). Esta é a chamada ancora cambial, que foi fundamental no começo do plano real para o combate à inflação.

3. O que é teoria das vantagens comparativas? Qual a crítica estruturalista a essa teoria?

R: A teoria das vantagens comparativas formaliza o princípio das vantagens comparativas, que sugerem que cada país se especialize na produção da mercadoria em que é relativamente mais eficiente (ou que tenha um custo relativamente baixo). A crítica copalana a essa teoria é que ela é estática.

4. De que variáveis depende as exportações e as importações de um país? Indique se essas variáveis são diretas ou inversamente relacionadas às exportações e importações.

R: As exportações estão diretamente relacionadas aos preços externos em dólares, a taxa de câmbio, à renda mundial, e aos subsídios e incentivos às exportações, e inversamente relacionadas aos preços internos em Reais.

As importações estão diretamente relacionadas aos preços internos em reais, à renda e produto nacional e inversamente relacionada aos preços externos em dólares, a taxa de câmbio e as tarifas e barreiras às importações

5. Sendo: superávit comercial de R\$ 5 bilhões, déficit na conta serviços e rendas de R\$7 bilhões, transferências unilaterais concorrentes, positivas de R\$ 2 bilhões, e superávit de R\$ 6 bilhões na conta capital e financeira, responda:

a) qual o saldo em conta corrente do balanço de pagamentos?

$$R\$ 5 \text{ BILHÕES} - R\$ 7 \text{ BILHÕES} + R\$ 2 \text{ BILHÕES} = 0$$

b) Qual o saldo do balanço de pagamentos?

$$0 + R\$ 6 \text{ BILHÕES} = 6 \text{ BILHÕES}$$

Capítulo 13

Respostas das Questões para Revisão

1. Conceitue inflação, inflação de demanda e inflação de custos, relacionando os respectivos fatores que as provocam.

R: A inflação é definida como um aumento contínuo e generalizado no índice de preços, ou seja, os movimentos inflacionários são aumentos contínuos de preços, e não podem ser confundidos com altas esporádicas de preços.

Inflação de demanda é a inflação provocada pelo excesso de demanda agregada

A inflação de custos pode ser associada a uma inflação tipicamente de oferta. O nível da demanda permanece o mesmo, mas os custos de certos fatores importantes aumentam.

Com isso ocorre uma retração do produto, deslocando a curva da oferta e do produto para trás, provocando um aumento dos preços de mercado.

2. Explique resumidamente as distorções provocadas por altas taxas de inflação.

R: A distorção mais séria provocada por altas taxas de inflação é a piora da distribuição de renda, devido à redução do poder aquisitivo da classe trabalhadora, que dependem de rendimentos fixos, com prazos legais e reajustes (dissídios coletivos). Também deve ser destacado o efeito que altas taxas de inflação provocam sobre investimentos e, conseqüentemente, no crescimento econômico.

Pode ocorrer ainda que, na tentativa de recuperar o saldo comercial, as autoridades lancem mão de desvalorizações cambiais, as quais, tornando a moeda nacional mais barata relativamente à moeda estrangeira, podem estimular a colocação de nossos produtos no exterior, ao mesmo tempo em que se desestimulam as importações. Entretanto, as importações essenciais, das quais o país não pode prescindir (como petróleo, fertilizantes, equipamentos sem similar nacional), tornar-se-ão inevitavelmente mais caras, pressionando para cima os custos de produção. Fecha-se um verdadeiro ciclo vicioso, com nova elevação de preços provocada pelo repasse do aumento dos custos aos preços dos produtos finais.

3. Aponte as causas da inflação brasileira, de acordo com as seguintes correntes:

a) Neoliberal:

R: Durante todo o período de 1964-1973, o diagnóstico para as causas da inflação brasileira utilizava a linha de pensamento econômico ortodoxa/neoliberal, que atribuía ao excesso de demanda, associado ao desequilíbrio das contas públicas, a responsabilidade pelo processo inflacionário. O principal mecanismo de política econômica de combate à inflação para essa corrente estava na redução da demanda agregada, com a redução dos gastos do governo (e a consequente redução do tamanho de Estado), com uma política salarial restritiva e controle da oferta monetária.

b) Inercialista:

R: Os pressupostos teóricos dessa teoria eram os de que a economia brasileira se encontrava altamente indexada, ou seja, todos os negócios, contratos etc. eram os firmados com base num índice que procurava garantir a correção monetária dos valores envolvidos. Dessa forma, todos os aumentos de preços da economia, gerando um processo automático de realidade da inflação.

c) Estruturalista:

R: Havia também a chamada corrente estruturalista ou cepalina, que supunha que a inflação em países em via de desenvolvimento era essencialmente causada por pressões de custos. Os estruturalistas supõem que as causas da inflação se localizam no comportamento do setor privado (oligopólios, latifúndios) e não do setor público. A formação ideológica desses economistas, com grande influência socialista e marxista, tornou-se ferrenhos defensores de uma economia mais centralizada, baseada em planejamento e grande participação do Estado.

4. Explique qual o efetivo provável de uma política de estabilização de preços sobre o grau de distribuição pessoal de renda.

R: Podemos pensar que se todos os preços se elevassem (impostos, salários, aluguéis, tarifas e preços públicos, preços de bens e serviços) às mesmas taxas, ninguém sairia perdendo, ocorreria somente uma elevação dos preços gerais, mas não se alterariam os preços relativos.

5. Supondo uma economia com déficit público relativamente elevado, o que deve ocorrer com as taxas de inflação se o governo emitir moeda para cobri-lo?

R: Caso haja emissão de moeda para cobrir o déficit, haverá uma maior desvalorização do real, desencadeando, conseqüentemente, um aumento da inflação, que afetará todos os setores da economia.

6. Suponha a mesma economia de déficit público relativamente elevado da questão anterior. Se o governo emitir títulos para cobri-lo, mostre de que forma pode ser possível manter taxas de inflação relativamente baixas.

R: Pela corrente estruturalista, através de reformas estruturais (por exemplo, a reforma agrária) e pelo controle de preços dos setores oligopolizados. Pela corrente ortodoxa, pela redução da demanda agregada, com a redução dos gastos do governo (e a conseqüente redução do tamanho do Estado), com uma política salarial restritiva e controle da oferta monetária. O plano cruzado procurou romper com o mecanismo de propagação da inflação, congelando os preços, os salários e o câmbio, numa tentativa de eliminar a “memória” inflacionária. Outra forma de combate a inflação é uma rígida política monetária, fiscal e salarial.

Capítulo 14

Respostas das Questões para Revisão

1. Descreva as funções alocativa, distributiva e estabilizadora do setor público.

R: A necessidade da atuação econômica do setor público prende-se a constatação de que o sistema de preços não consegue cumprir adequadamente algumas tarefas ou funções:

FUNÇÃO ALOCATIVA - Quando o sistema de mercado não oferece adequadamente bens e serviços, e se torna necessária a presença do Estado. Esses bens, denominados bens públicos, tem por principal característica a impossibilidade de excluir determinados indivíduos de seu consumo, uma vez delimitado o volume de produção.

FUNÇÃO DISTRIBUTIVA – o sistema de preços via de regra não leva uma justa distribuição de renda, daí a intervenção do Estado. A renda de uma família consiste na soma das rendas do trabalho e da propriedade, sendo que a parte mais representativa da renda é a proveniente do trabalho. A distribuição das rendas do trabalho depende da produtividade da mão-de-obra e da utilização dos demais fatores do trabalho depende da produção do mercado. O governo funciona como um agente redistribuidor de renda, na medida em que, através da tributação, retira recursos dos segmentos mais ricos da sociedade (pessoas, setores ou regiões) e os transfere para os segmentos menos favorecidos.

FUNÇÃO ESTABILIZADORA – o sistema de preços, não consegue se auto-regular, e por isso, o estado atua visando estabilizar tanto a produção quanto o crescimento dos preços. Com a intervenção do estado na economia para alterar o comportamento dos níveis de preços e emprego, pois o pleno emprego e a estabilidade de preços não ocorrem de maneira automática. Essa intervenção é feita através de instrumentos de política fiscal, monetária, cambial, comercial e de renda.

2. Quanto aos bens públicos:

a) Defina bem público:

R: BEM PÚBLICO: É o fato do agente utilizar o serviço que é oferecido, não significando reduzir fisicamente a oferta para os demais agentes.

b) Defina bem de consumo coletivo, bem publico puro e bens semipúblicos ou meritórios.

R: BEM DE CONSUMO COLETIVO é o fato de o bem ou serviço ser de consumo não excludente só funciona quando a utilização do bem não esta saturada. Por exemplo nas praias, a utilização por um individuo não é independente do grau de utilização da mesma praia por outras pessoas. A praia é um bem publico.

BEM PÚBLICO PURO temos por exemplo o serviço de meteorologia, defesa nacional e serviços de despoluição.

BENS SEMIPÚBLICOS OU MERITÓRIOS são os bens que satisfazem o principio da exclusão, mas são produzidos pelo Estado. Como os serviços de saúde, saneamento e nutrição.

3. Em relação à tributação, o que preconiza:

a) O principio do beneficio?

R: O PRINCIPIO DO BENEFÍCIO, é um tributo justo é aquele em que cada contribuinte paga ao Estado um montante diretamente relacionado com os benefícios que dele recebe.

b) O principio da capacidade de pagamento?

R: O PRINCIPIO DA CAPAXIDADE DE PAGAMENTO, os agentes (famílias e firmas) deveriam contribuir com impostos de acordo com sua capacidade de pagamento. O imposto de renda é um típico exemplo. Tem por medidas para auferir a capacidade de pagamento; renda, consumo e patrimônio. Existem algumas controvérsias sobre essas medidas de capacidade de pagamento.

4. Defina os seguintes termos:

a) Impostos diretos e impostos indiretos.

IMPOSTO DIRETO: aquele que incide sobre a renda e a riqueza (patrimônio) a pessoa que recolhe o tributo também arca com seu ônus.

IMPOSTO INDIRETO: aquele que incide sobre as transações de mercadorias e serviços. A base tributária é o valor da compra e venda de mercadorias e serviços. O que é importante nessa categoria é o momento em que o imposto é cobrado (produtor ou consumidor) e o método de cálculo (transação total ou valor adicionado).

b) Estrutura tributária progressiva, regressiva e neutra.

R: ESTRUTURA TRIBUTÁRIA PROGRESSIVA quando o aumento na contribuição é proporcionalmente maior que o aumento ocorrido na renda. A estrutura baseada nesse imposto onera proporcionalmente mais os segmentos sociais de maior poder aquisitivo

ESTRUTURA TRIBUTÁRIA REGRESSIVA E NEUTRA ocorre quando o aumento na contribuição é proporcionalmente igual ao ocorrido na renda. Não há ainda no Brasil exemplos desse tipo de imposto, onde a relação entre carga tributária e renda permanece constante, com o nível de renda, onerando igualmente todos os segmentos sociais.

c) Déficit primária, déficit operacional e déficit nominal do setor público.

R: DÉFICIT PRIMÁRIO - é medido pelo déficit total, excluindo correção monetária e cambial e os juros reais da dívida contraída anteriormente. No fundo é a diferença entre os gastos públicos e a arrecadação tributária no exercício, independente dos juros e correções da dívida passada.

DÉFICIT OPERACIONAL é medido pelo déficit primário, acrescido dos juros reais da dívida passada. Constitui-se, desse modo, no déficit total ou nominal, excluindo a correção monetária e cambial. É considerada a medida mais adequada para refletir as necessidades reais de financiamento do setor público.

DÉFICIT NOMINAL ou TOTAL essa medida indica o fluxo líquido de novos financiamento, obtidos ao longo de um ano pelo setor público não financeiro em suas várias esferas: União, governos estaduais e municipais, empresas estatais e Previdência Social.

5. Sobre orçamento público:

a) O que objetiva o orçamento moderno?

R: ORÇAMENTO MODERNO a partir da década de 30, o Estado começou a abandonar a neutralidade econômica, que caracterizou o pensamento liberal. Passou a se atribuir ao

governo a condição de responsável pela manutenção da atividade econômica, e as alterações orçamentárias passaram a ter grande importância. Destaca-se a função de instrumento de administração, que, apesar de já existir, foi aperfeiçoada. O orçamento passa a auxiliar o executivo na programação, na execução e no controle do processo administrativo. Esse tipo de orçamento constitui peça fundamental para a condução da atividade econômica. Como os meios de produção de (insumos, imóveis) eram de propriedade do Estado, este fixa, inclusive, os preços e quotas físicas da maioria dos bens e serviços produzidos, bem como dos fatores de produção.

b) Descreva as etapas que são seguidas até a aprovação final do orçamento anual da União.

R: A elaboração do orçamento segue os passos determinados pela Constituição Federal 1988, onde o poder executivo estabelece:

1. O plano plurianual;
2. As diretrizes orçamentárias;
3. Os orçamentos anuais.

A lei que institui o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada. A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e as propriedades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências oficiais de fomento.

A lei orçamentária anual compreenderá:

- I. O orçamento fiscal referente aos poderes da união, seus fundos, órgão e entidades da administração direta e indireta, inclusiva fundações instituídas e mantidas pelo poder público;
- II. O orçamento de investimento das empresas em que a união, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III. O orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.

O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia (as chamadas renúncias fiscais).

O orçamento geral da união é formado pela soma do orçamento fiscal, orçamento das estatais, orçamentos da seguridade social e pelas renúncias fiscais.

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias será encaminhado ao congresso Nacional ate oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção ate o encerramento da sessão legislativa. Já o projeto de lei orçamentária da União será encaminhado ao Congresso Nacional ate quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido préa sanção ate o encerramento da sessão legislativa.

Os projetos de Lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas casas do Congresso Nacional na forma do regimento comum, que os devolverão ao Executivo para sanção ou veto.

Capítulo 15

Respostas das Questões para Revisão

1. Diferencie crescimento econômico do desenvolvimento econômico.

R: Crescimento econômico – É o crescimento contínuo da renda per capita ao longo do tempo.

Desenvolvimento econômico – É um conceito mais qualitativo, incluindo alterações dos recursos pelos diferentes setores da economia, para medir e melhorar os indicadores de bem-estar econômico.

2. De acordo com Rostow quais são os estágios de desenvolvimento de uma economia?

R: Sociedade Tradicional – Com pouco tecnologia e baixa renda per capita. Pré requisitos para a arrancada – São criadas a partir de mudanças econômicas e não econômicas. Ocorre um aumento da taxa de acumulação de capital em relação a taxa de crescimento demográfico. Ocorre uma melhoria na mão de obra, um aumento da produtividade agrícola. Durante esse período há grandes investimentos de infra-estrutura básica.

Arrancada (take-off) – O crescimento contínuo de institucionaliza na sociedade. – A taxa de investimento líquida se eleva de 5% para mais de 10% da renda nacional. – Surgem novos segmentos de consumo duráveis. – Uma estrutura política social e institucional favorável ao crescimento econômico.

Crescimento auto-sustentável – A moderna tecnologia se estende aos setores líderes, que impulsionaram a arrancada. Tendo habilidade tecnológica e empresarial para produzir qualquer coisa.

Idade do consumo de massa – Os setores líderes se voltam para a produção de bens de consumo duráveis de alta tecnologia e serviços. O principal objetivo de consumo dos trabalhadores são os automóveis e computadores. A economia expressa um desejo de destinar recursos de bem-estar e seguridade social.

3. Quais as fontes de crescimento econômico?

R: - Aumento na força de trabalho.

- Aumento do estoque de capital.

- Melhoria na qualidade de mão-de-obra.

- Melhoria tecnológica.

- Eficiência organizacional.

- Capital Humano – Ele é o valor do ganho de renda potencial dos indivíduos, que inclui habilidade, talento e educação adquiridos pela pessoa, por meio de uma educação formal e do treinamento informal, e pela experiência.

- Capital Físico – Tem uma presença notável de maquinário e de equipamentos sofisticados e abundantes em países ricos e escassez em países pobres.

4. Dada a relação produto-capital da economia, mostre qual seria o efeito de um aumento da taxa de poupança (ou propensão a poupar) sobre a taxa de crescimento do produto real.

R: O produto-capital refere-se ao impacto do aumento do estoque de capital sobre a produção agregada de [pleno emprego](#). Portanto se ocorre um aumento na propensão a poupar o produto real tende a cair. Ou seja, mais poupança menos propensão ao consumo.

5. Conceitue globalização produtiva e globalização financeira.

R: Globalização Produtiva – É a produção e distribuição de bens e serviços dentro de redes em escala mundial. Redução de barreiras no comércio internacional, crescimento notável das tecnologias da informação e a difusão de novas tecnologias. Globalização Financeira – É um processo do fluxo financeiro internacional baseado no mercado internacional de capitais. Caracteriza-se por inovações financeiras e desenvolvimento do mercado de derivativos e securitização de títulos.